

Universidades Públicas e aulas remotas: nenhum estudante pode ser excluído



COLEMARX
COLETIVO DE ESTUDOS EM
MARXISMO E EDUCAÇÃO

Universidades Públicas e aulas remotas:
nenhum estudante pode ser excluído







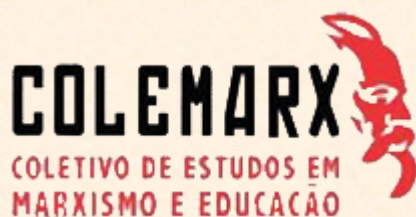
Universidades Públicas e aulas remotas: nenhum estudante pode ser excluído
Colemarx, 2020

Capa: uma homenagem do Colemarx às lutas de Córdoba de 1918, registro histórico da Reforma Universitária.

Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação – Colemarx
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Faculdade de Educação – FE
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Av. Pasteur, nº 250, anexo da Faculdade de Educação,
sala 110, Praia Vermelha, Urca, Rio de Janeiro – RJ

Data do texto: 26/06/2020

 [colemarxufrj](https://www.facebook.com/colemarxufrj)
 colemarx.com.br
 [colemarxufrj](https://www.instagram.com/colemarxufrj)
 coletivocolemarx@gmail.com



O Colemarx (PPGE/UFRJ) é um grupo de pesquisa formado por professores, técnicos-administrativos e estudantes que possui como objetivo analisar as políticas educacionais e as relações entre trabalho e educação, Estado e movimentos sociais, tendo em vista a questão social no Brasil e nos demais países latino-americanos a partir da teoria social crítica do capitalismo, iniciada por Marx e Engels e trilhada por outros intelectuais marxistas, como Antônio Gramsci e Florestan Fernandes.

Sumário

Apresentação 6

A pandemia e o Ensino Remoto 6

A Universidade Pública 7

A constitutiva indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão 9

O perfil dos estudantes universitários e suas expectativas frente à pandemia 11

Garantir condições virtuais de forma pública e com dinheiro público 14

Interesses privados mercantis: a diferença entre o público e o privado 15

O ensino a distância na formação e a expropriação do saber docente 17

O projeto de um governo com traços neofascistas para a universidade pública 18

É possível e necessário resistir 19

Valores e Perspectivas 20

Consultas Realizadas 21

Notas 22

Apresentação

Esta publicação do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação focaliza o problema do ensino remoto emergencial nas universidades públicas em um contexto de intensos ataques à autonomia universitária, como a tentativa de nomeação de reitores biônicos, de aprovar o Future-se como lei e o intento de extinguir a política de cotas na pós-graduação. O texto defende a prioridade do planejamento que assegure condições de retorno presencial, pois concebe que a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão é erigida pelas interações pedagógicas, as práticas de pesquisa e as atividades de extensão compartilhadas pela comunidade universitária. O estudo identifica uma grande ameaça sobre as universidades, advinda do interesse das maiores corporações mundiais de comercializar pacotes de educação a distância para o setor público, descaracterizando, desse modo, a função social das instituições e comprometendo, severamente, o rigor da formação dos estudantes e a consolidação de ambientes de pesquisa. Apresenta breve análise do perfil socioeconômico dos estudantes a partir dos microdados do Censo da Educação Superior de 2018, de indicadores do FONAPRACE e do IBGE. Examina as formas de incorporação da EaD nas instituições públicas e as instituições privadas, em especial na modalidade de EAD, o que nos permite projetar cenários de futuro para as instituições públicas (IES). O estudo aborda, ainda, indicações para uma agenda alternativa que, ao mesmo tempo, possibilite renuclear os estudantes e a comunidade universitária em geral, magnificar a capacidade de produção e socialização de conhecimento crítico que permita tornar pensáveis dilemas do presente e, o que é crucial, viabilizar mediações virtuais que permitam o referido renucleamento, sem, contudo, abrir brechas para os propósitos dos ultraneoliberais, dos agentes da guerra cultural, e das corporações de instaurar o chamado ensino híbrido, uma expressão da mencionada ideologia do ‘novo normal’. Por fim, apresenta tópicos essenciais para as lutas democráticas em defesa da universidade pública.

A pandemia e o ensino remoto

As universidades públicas estão diante de desafios de enorme magnitude que podem definir de modo duradouro o seu futuro. Existe a possibilidade concreta de que não seja possível retomar as aulas regulares no prazo de até um ano, particularmente em virtude da não conformidade de grande parte das instalações dessas instituições com as condições sanitárias exigidas pela OMS. A expansão das duas últimas décadas foi realizada a partir de adequações precárias de espaços preexistentes e da edificação de novos prédios que, parcialmente, não atendem às normas sanitárias exigidas pela capilarizada difusão do novo coronavírus na população. Uma avaliação realista da situação das instalações acadêmicas, das bibliotecas, dos espaços administrativos, concluirá que um ousado plano de reformas será necessário. Isso somente será viável enfrentando o negacionismo visceral do MEC e a lógica ultraneoliberal da área econômica, que está empenhada em afundar as receitas da educação federal.

A analogia grosseira de que a paralisação das aulas guarda paralelos com greves longas é inteiramente despropositada. E, por isso, somente dificulta a construção de condições para que as aulas possam ser retomadas quando as condições da pandemia permitirem. Esta avaliação, por suposto, deverá ser feita em conjunto com as instituições, secretarias de saúde, Fiocruz e sociedades científicas pertinentes.

No que se refere ao governo Federal, a pandemia é concebida como uma oportunidade para avançar sua política de ‘destruição de tudo o que está aí’. Em plena expansão da pandemia no país, o governo desmonta o Ministério da Saúde, demonstrando não ter nenhuma preocupação com o número crescente de óbitos, reconfigura as prioridades da área de ciência e tecnologia, em

conformidade com a lógica da guerra cultural, e confirma a sua intenção de “passar a boiada” também na educação: enviou o projeto Future-se¹ ao Congresso Nacional e medida provisória autorizando o MEC a intervir nas universidades públicas, o que já vem fazendo mesmo sem autorização, devolvida pelo Senado Federal que a considerou inconstitucional.

A saída simplória que vem sendo apregoada, sem qualquer diagnóstico das condições de vida de estudantes e de trabalhadores da educação, e sem planificação consequente, é a estruturação de aulas remotas para substituir as aulas das disciplinas previstas para o ano acadêmico. Entretanto, nos dias de hoje, essa alternativa é inaceitável, pois pressupõe deixar para trás uma parcela importante dos estudantes que, em virtude das **condições de vida**, não têm acesso com qualidade à internet, vivem em moradias que impossibilitam o mínimo de concentração para o desenvolvimento de estudos, muitos passam por privações econômicas severas, conformando um cotidiano psicossocial muito difícil. Desse modo, decretar aulas remotas é um gesto contra os estudantes das frações mais exploradas e expropriadas que ingressaram via cota, escola pública, e que são merecedoras das melhores esperanças de ampliar a democracia no país.

Entretanto, se é inviável retomar por meio de aulas remotas o período acadêmico como se não estivéssemos no epicentro da pandemia, tampouco seria acertado permanecer inerte ao problema da suspensão das aulas que, conforme apontado, pode se estender no tempo. No caso de prolongamento por muitos meses das restrições e das condições para a reabertura das instituições universitárias, é evidente que estas não podem deixar de renuclear seus estudantes, inserindo-os na vida universitária, isso é imprescindível para as IES e para a vida dos estudantes; entretanto, nas condições vigentes, a criação de ambientes virtuais de interação com seus estudantes e demais membros da comunidade exigirá ações concretas e um claro projeto pedagógico que interaja com a situação de excepcionalidade.

As universidades terão de assumir protagonismo real na organização de condições para reaglutinar o corpo discente, atuando, coletivamente, no sentido de universalizar acesso gratuito e universal de todos à rede web e de garantir meios tecnológicos para os estudantes, assim como de defender renda mínima para todos estudantes que provêm de famílias de baixa renda. Ao mesmo tempo, as universidades devem elaborar seus ambientes virtuais de modo a assegurar a autonomia universitária e a soberania dos suportes pedagógicos indispensáveis para enfrentar as condições de isolamento social no contexto da pandemia.

A Universidade Pública

A função social de uma universidade pública pode ensejar muitas perspectivas com nuances relevantes. Existe um forte lastro histórico que a indica como instituição social onde ocorrem processos de ensino e aprendizagem, mediados pela pesquisa e extensão, buscando assegurar a todos os seus estudantes uma formação científica, artística, histórico-social, tecnológica e, mais amplamente, humanística (ampla cultura geral). Diferente das antigas escolas de ensino superior isoladas, a universidade, por ser capaz de interpelar os problemas dos povos e os desafios teóricos e epistemológicos da produção do conhecimento original, é uma instituição em que a formação dos estudantes, igualmente, está a serviço da ciência e do conhecimento.

Diante de uma ameaça à vida da magnitude dessa pandemia, a universidade produz - e deve produzir - estudos e pesquisas que busquem a superação desta crise e concentrem todos os seus esforços na defesa da vida. E deve fazê-lo sem ameaçar o seu caráter público e a sua qualidade socialmente referenciada. A gana pela destruição do público e o negacionismo que permeia o governo

federal devem ser combatidos por meio de mobilizações, ações integradas, ideias alternativas, sempre referenciadas no conhecimento sistemático e rigoroso.

As instituições públicas de ensino têm sido alvo de ataques e violências de todo o tipo por parte dos negacionistas. É objetivo da guerra cultural desmoralizar a ciência e suas instituições. O atual governo busca, desde o início de seu mandato, combater os que pensam diferente, os que são capazes de emitir um olhar crítico sobre as decisões políticas. “Local de balbúrdia” e de “parasitas” são algumas das ofensas morais à universidade. O ataque ideológico equipara a opinião, sobretudo aquelas reconhecidamente falsas e inverídicas, aos conceitos científicos. A pressão pelo uso da cloroquina é um exemplo. Mesmo com centenas de pesquisadores afirmando que não há evidência da eficácia do medicamento no combate ao vírus, o Ministério da Saúde, quando já se encontrava há mais de um mês sem ministro, por pressão do presidente da República, elabora recomendação que induz o uso da mesma droga que a OMS não reconhece como adequada ao tratamento.

Todavia, as ofensas não são apenas morais. O ataque à autonomia universitária é parte dessa ofensiva inscrita no que a extrema-direita “olavista” denomina de “guerra cultural”. Não respeitam o direito democrático de escolha da comunidade de seus reitores e promovem intervenções atrapalhando o funcionamento da universidade. Oito instituições federais de ensino tiveram suas escolhas desrespeitadas e sofreram intervenções, inclusive colocando à frente da instituição pessoas que não constavam na lista tríplice ou nem mesmo faziam parte da instituição, como no caso do Cefet-RJ, UFGD e IFRN². O governo editou a MP 914³, em dezembro de 2019, que lhe permitia não respeitar a lista tríplice das instituições de ensino federais. A medida caducou no Congresso Nacional e o governo, em uma clara medida de desagravo de seu ministro “olavista” que responde inquérito no STF e não goza de respeito da comunidade acadêmica, aproveita a pandemia para apresentar a MP 979⁴, que autorizaria o ministro da Educação nomear reitores pró-tempore para mandatos que terminem em 2020. Felizmente, o parlamento reagiu influenciado pelas reações ao desrespeito constate por parte do ministro à comunidade universitária e pela relação desgastada que ele imprimiu com o Judiciário. O desgaste tomou grandes proporções. Mas, Jair Bolsonaro buscou uma saída para o seu ministro “olavista”: um cargo no Banco Mundial e a possibilidade de sair do país com um passaporte diplomático, nos últimos minutos em que supostamente ocupava o cargo.

Ao ataque à autonomia universitária somam-se cortes orçamentários que já vinham sendo operados na pesquisa e na educação. As instituições poderiam estar assegurando muito melhor suporte ao SUS se não tivessem sido sistematicamente golpeadas em seus orçamentos e, também, por inexistir ações bem elaboradas para fortalecer, emergencialmente, pesquisas e suporte tecnocientífico para a constituição do complexo industrial da saúde e a ampliação de políticas públicas. Por dificultar as ações das universidades frente aos problemas sociais como a atual crise sanitária, os atos do governo federal atestam a atuação no sentido da negação da gravidade da pandemia e, por isso, a falta de investimentos na produção científica, como, por exemplo, no caso dos ventiladores mecânicos, tão importantes para os pacientes contaminados pela covid-19 em estado grave.

Pesquisadores da UFRJ, USP, UFRGS e UFAM e outras produziram o protótipo de ventiladores mecânicos e tiveram que, por conta própria, buscar financiamento para a produção, uma vez que o Ministério da Ciência e Tecnologia e Comunicação priorizou a compra de ventiladores vindos de outros países o que tem causado acusações e até prisões pelas fraudes descobertas nas aquisições.

A constitutiva indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão

A **pesquisa** no Brasil é majoritariamente realizada em instituições públicas de ensino. Desde os anos 1950, com a criação da CAPES e do CNPq, e, ainda, a federalização de escolas isoladas, constituindo muitas das atuais universidades federais, o sistema público de pesquisas científicas e tecnológicas foi sendo erigido. No período da ditadura empresarial-militar, em nome de garantir o projeto de desenvolvimento pensado pela autocracia houve investimento na construção de um robusto parque de pesquisa, expansão com fortes marcas heterônomas, a partir dos programas de pós-graduação das instituições de ensino superior.

Importante ressaltar que o setor privado nunca se interessou em constituir seus centros de pesquisa. O investimento público construiu um relevante parque de pesquisa baseado principalmente nos programas de pós-graduação das universidades públicas e que hoje se sustenta, com dificuldade crescente, pelo trabalho comprometido de seus servidores e estudantes, apesar da escassez de investimento que vem se agravando desde 2014 e, particularmente, após a EC 95/2016, situação que se deteriorou, ainda mais, no governo Bolsonaro, especialmente em virtude das medidas que interferem na liberdade de cátedra. O setor privado tem confirmado o interesse em vantagens relativas próprias e não investiu na criação e expansão de cadeias produtivas, utilizando-se, quando necessário, da produção científica das universidades públicas, financiando muitas vezes com verbas públicas projetos de seu interesse, quando necessário. Ainda se beneficiam das políticas dos governos como a Empresa Brasileira de Pesquisa de Inovação Industrial, cuja essência é o compartilhamento de riscos entre as empresas, a agência pública e as universidades, embora, via-de-regra, as verbas sejam públicas. A Lei de Inovação Tecnológica⁵ e o Novo Marco Tecnológico⁶ facilitam esta relação, mas não alteram o fundamental que é justamente a inexistência de cadeias produtivas que envolvam a mediação de conhecimento tecnológico com o protagonismo de departamentos de pesquisa e desenvolvimento das empresas, o que sugere um novo padrão para a pesquisa realizada na universidade pública.

O discurso do não financiamento público da pesquisa tenta se amparar numa falsa visão do que ocorre em países do capitalismo central. Nos países do G7 é o Estado o responsável pelo financiamento da pesquisa. Jornal da USP publicou, em 24 de maio de 2019, estudo da AAAS⁷, a partir de dados do NSF⁸, em 2016, nos Estados Unidos, que o governo investiu 60% do total utilizado em pesquisa, enquanto as empresas somente 6%. O Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat) informa que em 2015 as pesquisas nas universidades receberam de seus governos 77% do total gasto, enquanto as empresas contribuíram com apenas 6%.

No Brasil, depois de uma curta fase de investimentos e de ampliação das verbas para Ciência & Tecnologia (notadamente entre 2008 e 2014), o discurso de que as universidades deveriam vender serviços para as empresas ganhou força, sobretudo após o golpe de 2016. Disseminando uma lógica de financiamento que, ao invés de fazer com que setor privado investisse na construção de centros de pesquisas que contratassem nossos doutores e mestres, redefiniu o padrão de pesquisa realizado nas universidades. Também deslocou recursos financeiros da área de ciência e tecnologia do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT para o fomento da pesquisa e desenvolvimento, raramente original, realizada pelo setor produtivo, que deveria contar com verbas advindas de políticas industriais via BNDES. Reduzindo, como isso, as verbas de pesquisa científica e tecnológica.

No momento em que a população brasileira enfrenta a pandemia e que os números de casos e de óbitos aumentam diariamente, os investimentos públicos em pesquisa não atendem - nem de longe - às necessidades da nossa sociedade. As empresas não investem em iniciativas científicas que possam atenuar o sofrimento da população. O governo aproveita a pandemia para enviar ao Congresso um projeto, o Future-se, que adapta as universidades aos interesses de empresas, ameaçando destruir a sua função social.

A pós-graduação, segundo dados do Geocapes, tinha 243.851 estudantes em 2018, dos quais 84,5% em universidades públicas federais e estaduais. Os cortes de bolsas aplicados pela Capes, mesmo com o crescimento do número de estudantes, têm sido uma constante, conforme observado no quadro abaixo.

Bolsas de pós-graduação 2015-2019

Ano	Bolsas
2019	95.130
2018	101.044
2017	101.209
2016	100.259
2015	105.272

Dados da Geocapes. <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>

O governo intensifica uma política de desmonte do sistema de ciência e tecnologia, que é prioritariamente sustentado pelos programas de pós-graduação. Cortou cerca de 10 mil bolsas da Capes, ameaçou reduzir bolsas das ciências das humanidades e básicas, suspendeu o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e mudou o modelo de concessão de bolsas pelo CNPq - alterando o método de distribuição por meio de cotas para as chamadas públicas (editais), a partir de focos definidos pelas áreas prioritárias do Ministério de Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Mesmo diante deste quadro dramático, com relação à pandemia, segundo dados da Andifes, as universidades federais estão à frente de 823 pesquisas clínicas, sobre o vírus, testes e medicamentos. São responsáveis pela produção de 990 mil litros de álcool gel, 910 mil litros de álcool líquido e 160 mil protetores faciais até o início de maio de 2020. Há também, pelo menos, 53 ações de testagem para o novo coronavírus, responsáveis por 2,6 mil testes por dia. A Coordenação Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)⁹, desde 23 de março, criou uma comissão especial para agilizar a avaliação dos protocolos de pesquisas relacionados à pandemia. Por conta do alto número de projetos, desde 14 de abril, somente os ensaios clínicos estão sendo avaliados pela CONEP, os demais protocolos estão sendo avaliados nos Comitês de Ética em Pesquisa. No caso dos ensaios clínicos, até o momento, as instituições públicas de pesquisa ocupam com folga a liderança no país.

A comunidade científica está engajada na ocupação de seu lugar na esfera pública e ativa na luta contra o negacionismo, contrapondo-se à ideia de que não há pandemia, de que a covid-19 é uma gripezinha, de que o isolamento social pode ser "vertical", de que a população estará curada com o uso de cloroquina, de que "quem tem fé" não pega o vírus, dentre outros absurdos que são propagados cotidianamente pela presidência da República e seus apoiadores.

O MEC não pode sugerir que universidades que estão funcionando sejam premiadas, insinuando que há universidades que não estão em funcionamento. Hospitais, laboratórios, pesquisas, orientações, elaboração de estudos e análises sobre a conjuntura nacional e mundial, as universidades fervilham! Contudo, o MEC não pode utilizar a verba pública para fins políticos e ideológicos, por isso é tão relevante as manifestações da comunidade científica. As universidades estão dedicando o seu trabalho em pesquisa e extensão para combater a pandemia e devem, a partir de sua autonomia, definir o seu funcionamento e o contato com os estudantes a partir de medidas de segurança e de garantia de que todos possam ter condições de acesso tanto da rede web quanto de qualidade de vida.

A **atividade extensionista** é parte do tripé que fundamenta a universidade pública e se define por ser uma atividade que estabelece uma relação dialógica entre a comunidade universitária e a sociedade externa, aproximando a universidade dos problemas reais da vida humana, inclusive em suas complexas interações com a natureza. Em tempos de pandemia, esta relação, mesmo que virtual, é essencial, já que ao mesmo tempo em que leva o conhecimento da comunidade acadêmica à sociedade, dela traz também seu conhecimento, contribuindo para que a ciência e a tecnologia tenham contato com os saberes socialmente produzidos e possam se apropriar da situação real da vida da população brasileira.

O Conselho Nacional de Educação regulamentou a realização da extensão nas universidades por meio da Resolução nº.7 de 18 de dezembro de 2018, mas não há ainda um mapa das ações extensionistas realizadas no país compilado pelo MEC. Embora seja fato que existam atividades extensionistas em todas as universidades e muitas destas ações buscam enfrentar as questões provocadas pela pandemia¹⁰. Na UFRJ, por exemplo, há projetos que promovem o contato com as favelas do Rio de Janeiro e com sua população, com as famílias dos internados no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, com os profissionais de saúde, dentre outros.

Com relação aos **Hospitais Universitários**, a grande maioria teve suas administrações entregues a Ebserh, empresa estatal de direito privado, criada para atender às pressões neoliberais e para instituir novos parâmetros da heteronomia acadêmica. Entretanto, a força do fazer acadêmico persiste. Os HU's compõem a linha de frente do enfrentamento à pandemia e sua atividade envolve docentes, técnicos e discentes de graduação e pós-graduação. Estas instituições disponibilizaram, segundo a Andifes, 2.228 leitos normais para tratamento da pandemia e 489 leitos de UTI, sendo que o número total inclui leitos próprios e outros viabilizados em parcerias para a construção e a operacionalização de hospitais de campanha.

O perfil dos estudantes universitários e suas expectativas frente à pandemia

Segundo o Censo da Educação Superior de 2018 (INEP, 2019), o Brasil possui 274 Instituições de Educação Superior (IES) públicas. Destas, cerca de 47% são estaduais; 40% federais e 13% municipais. Entre as instituições federais, 63 são Universidades e 40 são IFs e Cefets. Estas instituições estão espalhadas em 408 *campi*. A região Sudeste concentra o maior número de *campi* (110), seguida pela região Nordeste (106). Dados relativos a 2018 (ANDIFES; FONAPRACE, 2019) apontam que a região Nordeste lidera o número de matrículas de estudantes (342.932), seguida pela região Sudeste (341.398), as duas regiões que concentram os maiores números de casos confirmados de covid-19.

O DataSus de 20 de junho deste ano¹¹ mostra que o país ultrapassou a marca de 1 milhão de casos e mais de 50 mil pessoas foram a óbitos por causa da covid-19 em todo o Brasil, e sabemos que o número deve ser bem maior em função das subnotificações. No Sudeste o número de casos havia chegado a 372.851 e 23.251 óbitos. No Rio de Janeiro, onde estão duas das maiores universidades, o número de casos já havia atingido 95.537 e 8.824 óbitos. No Estado do Pará, onde se encontra a Universidade Federal do Pará, que também é uma das maiores (ANDIFES; FONAPRACE 2019), o número de casos chegou, àquela data, a 82.881 e 4.519 óbitos. No Amazonas, onde há cerca de 50 mil estudantes matriculados em suas universidades federal e Estadual (UFAM e UEAM)¹², já foram contabilizados 62.902 casos e 2.650 óbitos. E no Nordeste, onde se está o segundo maior número de *campi*, são 373.938 casos e 15.913 óbitos.

Analisando os números, pode-se constatar que são altas as probabilidades de que os mortos e os contaminados por covid-19 sejam familiares, amigos, colegas ou até mesmo membros da comunidade universitária. Não é possível desconsiderar que estes sujeitos atualmente enfrentam o luto, os riscos e as angústias geradas pela pandemia. Neste sentido, é preciso considerar que o adoecimento mental é uma questão que impacta severamente a vida acadêmica, mesmo no cenário anterior à pandemia.

Em pesquisa divulgada em 2015 pela *Psychiatric Times*¹³, que analisou entrevistas com cerca de 150.000 estudantes de mais de 200 universidades estadunidenses, identificou-se que metade dos estudantes universitários já teve pensamentos suicidas durante a sua graduação. Nos EUA, o suicídio é a segunda principal causa de morte de estudantes universitários e esta é uma tendência mundial. No Brasil, pesquisa¹⁴ realizada em 65 IFES mostrou que 83,5% dos estudantes de graduação experimentaram algum grau de dificuldade emocional ao longo do curso: ansiedade afeta 6 a cada 10 estudantes; ideia de morte afeta 10,8% dos estudantes e pensamento suicida afeta 8,5%. Estes percentuais já se elevaram entre 2014 e 2018.

Em 2018, pesquisa realizada com estudantes de pós-graduação da UnB¹⁵ apontou que 21% dos estudantes pensaram em suicídio pelo menos uma vez ao longo do curso. O percentual de estudantes que relatou ter pensado em suicídio diariamente ou pelo menos uma vez por semana é de 10%. Estes dados são anteriores à pandemia e já apontavam a necessidade de atenção e respostas por parte das universidades frente à intensa pressão por produtividade e escassez de bolsas de mestrado e doutorado.

Considerando a gravidade da pandemia, o problema do adoecimento mental (e físico) exige atendimento psicossocial aos estudantes de graduação e pós-graduação diante deste cenário, assim como promover a repactuação, conjunta com os estudantes, dos prazos para defesa de monografias, dissertações e teses.

Outro determinante são as condições materiais de vida dos estudantes. Nacionalmente, cerca de 70% dos estudantes das universidades federais possui renda familiar *per capita* de até 1,5 salário mínimo e, portanto, se encaixam como público prioritário para o Programa Nacional de Assistência Estudantil (ANDIFES; FONAPRACE, 2019). Dentre estes, 26% vivem em famílias com renda *per capita* de até 0,5 salário mínimo. Agravando ainda mais este quadro, a assistência estudantil vem tendo seus recursos reduzidos pelo menos desde 2017. Situação especialmente preocupante nas universidades de maior projeção, por suas trajetórias históricas, que atraem estudantes de todos os estados da Federação e, também, nos *campi* que se situam no interior, onde é comum encontrar estudantes que se deslocaram do local de origem e que, distantes da família, vivem em situação de privação econômica e precárias condições de moradia.

Do total de estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior, 51% são os primeiros da família a cursar uma universidade (ANDIFES; FONAPRACE, 2019). Neste sentido, uma medida objetiva para enfrentar as consequências da pandemia nas universidades é a adoção de um necessário programa nacional que assegure o auxílio emergencial para os estudantes em situação de vulnerabilidade.

Os mencionados indicadores também apontaram que cerca de 40% dos estudantes das universidades federais estavam desempregados e em busca de trabalho. Dentre os 30% de estudantes que exerciam atividades remuneradas, 46% trabalhavam mais de 30 horas semanais e 44% em trabalhos precários. No atual cenário, desemprego e dificuldades financeiras certamente são desafios enfrentados por grande parte dos estudantes do ensino superior público. Se atentarmos para o dado de que 54,6% dos estudantes das Universidades Federais são mulheres, ainda devemos considerar a sobrecarga de trabalho no cuidado da casa, dos filhos, dos idosos e dos parentes enfermos que, em uma sociedade machista, recai sobre as mulheres. Os altos índices de feminicídio e violência contra a mulher - que aumentaram cerca de 22% durante a pandemia¹⁶ - as colocam em maiores condições de vulnerabilidade.

Considerando o exposto, precisamos questionar seriamente se é possível adotar o cenário de “uma nova normalidade”. Não é possível considerar razoável o prosseguimento do calendário acadêmico durante a pandemia, por meio do ensino remoto, diante da atual situação dos estudantes.

A despeito do direito à moradia ser um direito fundamental segundo a Carta Magna, o déficit de moradias ultrapassa 7,7 milhões, mais de 3,3 milhões estão com extrema dificuldade de pagar o aluguel (91% das famílias com renda de até 3 salários mínimos). Outras 3,2 milhões de habitações são divididas por famílias distintas que ocupam o mesmo teto, 950 mil habitações estão em estado de completa precariedade e 320 mil em estado de completo adensamento. No Grande Rio, a Casa Fluminense estimou em 300 mil o total de domicílios com mais de três pessoas por cômodo.

No caso do acesso às redes de internet, dados do Comitê Gestor de Internet no Brasil confirmam que não há universalização. Segundo o Observatório Social da covid-19, criado pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 20% dos domicílios brasileiros - o equivalente a 17 milhões de residências não estão conectadas à internet. Mais de 40% das residências não possuem computador e, entre os que possuem, contam com uso comum de três ou mais pessoas e poucos possuem softwares atualizados e capacidade de armazenamento¹⁷.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) 2018, (divulgada em 29/4/20) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que uma em cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet. Entre os que não acessam, 4,5% sequer poderiam adquirir uma conexão, pois em suas regiões não há serviço disponível¹⁸. O telefone celular é o principal e, em muitos casos, único meio de acesso à internet, sobretudo nas classes C (61%), e D e E (85%). Ademais, 55% dos acessos móveis do país são pré-pagos¹⁹. Portanto, o celular é o único meio de acesso à internet para grande parte dos estudantes, que, em sua maioria, possuem aparelhos com baixa capacidade de memória, incapazes de atualizar aplicativos e com estrito pacote de dados.

Nestas condições, como esperar que os estudantes possam realizar com autonomia os seus estudos durante a pandemia se estão impossibilitados de visitar bibliotecas, laboratórios, salas de informática, assim como acessar revistas acadêmicas, fazer *download* de livros, artigos e até mesmo acessar

fontes confiáveis de informação? Esta situação condena um expressivo número de estudantes a ficar para trás e a abandonar os seus estudos, em particular estudantes de baixa renda, o que é inaceitável em uma perspectiva de universidade que seja inclusiva e democrática.

Além das questões de equidade ameaçadas pelo ensino remoto, ele também é incompatível com o ensino de excelência pelo qual as universidades públicas devem prezar, assim como com seu caráter público. Até mesmo o Banco Mundial reconhece que "os níveis de desemprego dos graduados provavelmente aumentarão devido à desconfiança do mercado de trabalho quanto à qualidade da aprendizagem remota"²⁰. Frente a esta questão, o banco recomenda que as universidades disponibilizem cursos suplementares de curta duração e programas rápidos de certificação.

O futuro é incerto para a maioria dos estudantes. Em que pese haver esperanças de superação desta situação, há muita incerteza no horizonte dos jovens. A Pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus²¹ aponta o grau de medo e insegurança a que está submetida a juventude brasileira: 75% dos estudantes se preocupa em perder alguém da família, 49% têm medo de infectar alguém e 48% têm medo de se infectar. A pesquisa também aponta que o maior problema dos estudantes está para além da falta de acesso, ele reside no equilíbrio emocional, na dificuldade de organizar seus estudos sozinho e na falta de um espaço tranquilo em sua residência – 57% dos jovens entrevistados consideram que atividades para trabalhar a ansiedade e o estresse seriam as mais necessárias neste momento.

Nas esperanças de 96% desses jovens está a descoberta de uma vacina; 77% dos que trabalham esperam poder voltar a trabalhar e manter a mesma renda que tinham antes da pandemia. Já 88% concorda (46% totalmente e 42% parcialmente) que o sistema público de saúde será valorizado e ampliado e que a área de ciência e pesquisa e a produção e uso de dados e evidências terá mais prestígio e mais investimentos. Além disso, 83% confiam (44% totalmente e 39% parcialmente) que os profissionais de educação serão mais valorizados pela sociedade.

Sobre o retorno aos estudos após a pandemia, 28% dos entrevistados que estão estudando pensou em não voltar; destes, 53% são jovens entre 15 e 24 anos. Sobre o Enem, 52% não pretende fazer a prova. Dos 48% jovens que ainda não decidiram ou que pretendem fazer a prova, 49% já pensou em desistir. Três em cada dez jovens informaram ter buscado complementação de renda, enquanto seis em cada dez ou se cadastraram para receber o auxílio emergencial ou tem alguém da família cadastrado.

Para 49% dos entrevistados, o fator emocional tem atrapalhado os seus estudos: seis em cada dez jovens consideram que as instituições de ensino devem priorizar atividades para lidar com questões emocionais acentuadas pela pandemia.

Garantir condições virtuais de forma pública e com dinheiro público

A pandemia explicita a necessidade das políticas públicas sociais de caráter público e universal. Entretanto, essa não é a agenda de grande parte dos governos, das corporações, do Banco Mundial, do FMI e da OCDE. A pandemia está sendo utilizada pelas corporações como uma grande oportunidade de negócios. Em coalizão com as corporações, o Banco Mundial atua para expandir o uso de plataformas globais de Cursos Online em Massa (conhecidos como MOOC), a exemplo da *Coursera*, uma plataforma que disponibiliza cursos pagos de universidades estrangeiras e que, no Brasil, tem como parceiros a Fundação Lemann, o Insper, o Instituto Tecnológico da

Aeronáutica, a USP e a Unicamp. Durante a pandemia, o Banco Mundial atua em coligação com grandes corporações para impulsionar o chamado “mercado de soluções de gerenciamento da aprendizagem”, que beneficiaria corporações como *Amazon, Microsoft, Google* e provedores de serviços como *Moodle, Blackboard, Canvas, Zoom, Adobe Connect, Skype, Big Blue Button, EduMeet* e diversos outros que são propagandeados nos relatórios do Banco Mundial (2020). Além deste rol de empresas aqui apresentado, o Brasil ainda conta com as soluções nacionais cuja intenção é, além de enriquecer setores privados, utilizá-los como ferramenta para a guerra cultural por meio de um panfleto bolsonarista, visando encerrar qualquer possibilidade de formação crítica²².

O caráter público da universidade encontra-se sob ameaça frente às investidas das corporações para a implementação dos seus serviços. Além de se constituírem como formas de captação de dados - que posteriormente serão comercializados - promovem o escoamento de recursos que deveriam estar sendo investidos no desenvolvimento de tecnologias e ferramentas de caráter público para o amplo acesso da comunidade. A naturalização da presença das corporações nas universidades públicas, sem as devidas críticas, consolida em seu interior o *ethos* privado que caracteriza a desigualdade e a segregação como questões incontornáveis.

Greves e protestos estudantis em algumas universidades estadunidenses (como a *The New School*²³, a *Vassar College*²⁴ e a Universidade de Chicago²⁵) demonstram que a desigualdade no acesso à internet e a equipamentos, assim como a redução da qualidade provocada pela adoção do ensino remoto, não são problemáticas postas em xeque apenas no contexto brasileiro. Nestas universidades, onde o ensino presencial foi prontamente substituído pelo ensino online, estudantes²⁶ denunciam que as aulas remotas promovem queda na qualidade do ensino, empobrecimento da formação e acentuam a desigualdade no acesso ao ensino. Eles exigem que nenhum aluno seja reprovado nas disciplinas; que não haja cobranças excessivas de trabalhos; revisão dos planos de aula de acordo com as possibilidades dos estudantes; criação de um fundo para apoiar estudantes com maiores necessidades; redução dos valores das mensalidades com garantia de empregos.

Além dos estudantes, professores também afirmam que não é possível seguir o programa do curso. Em alguns casos, as aulas se tornaram espaços de desabafo e de solidariedade - como demonstra a campanha *Cultivating Care and Compassion*²⁷, desenvolvida por professores, comprovando que criar espaços de solidariedade entre professores e estudantes é essencial neste período da pandemia, especialmente se considerarmos a perspectiva de prolongamento das medidas de distanciamento social.

Interesses privados mercantis: a diferença entre o público e o privado

Durante a pandemia, as instituições privadas enfrentam a redução do número de matrículas e aumento da inadimplência. A Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP), presidida por Elizabeth Guedes, irmã do ministro da Economia (e representante de grandes oligopólios educacionais como a Kroton e Estácio), enviou, em 26 de abril de 2020, um ofício (Ofício ANUP 035/2020) ao Ministério da Economia com uma lista de demandas do setor educacional privado da educação básica e do ensino superior. São elas: ampliação do PROUNI; permissão de utilização do FGTS para pagamento de mensalidades (uma garantia contra a inadimplência); concessão de *vouchers*; concessão de financiamento estudantil para educação básica; acabar com o pagamento dos professores por hora-aula semanal e sim por horas em sala de aula; implementação de banco de horas para professores; incluir a educação na lista de serviços essenciais para que as instituições possam ser reabertas;

criar linhas de crédito do BNDES para instituições educacionais privadas; abono de encargos trabalhistas; repasse de isenções fiscais. Ora, não obstante a pauta liberal defendida pelo Ministro da Economia, a presidenta da ANUP constrói uma agenda solicitando a presença do Estado no socorro às Universidades Privadas. Importa lembrar que boa parte destas Universidades pertence a conglomerados educacionais, com íntima ligação com o capital financeiro que mantém na financeirização das políticas públicas importante mecanismo de sua reprodução ampliada. É importante colocar em relevo que o próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, foi operador da BR Educacional²⁸, um fundo investigado por fraude pela Polícia Federal no âmbito da Operação Greenfield.

No setor privado, o uso de tecnologias para a educação virtual tem como objetivo reduzir o custo da força de trabalho dos professores, intensificando a jornada de trabalho (nas residências dos docentes, transformadas em espaço de trabalho, deixa de existir o conceito de jornada de trabalho, pois o trabalho é por tarefa) e ampliar a expropriação do conhecimento dos docentes, por meio da incorporação do conhecimento nos artefatos tecnológicos.

Os dados do Censo da Educação Superior²⁹ informam que a comunidade universitária das universidades públicas (federais, estaduais e municipais) era composta, em 2018, por 181.711 docentes, 201.998 técnicos e 2.052.431 estudantes. São nestas instituições que ocorrem processos de ensino e aprendizagem mediados pela pesquisa e pela extensão. Com 2.238 organizações de ensino, o setor privado corresponde a 88% dos estabelecimentos de educação superior no país (INEP, 2019). Destas, 935 são instituições filantrópicas, comunitárias e confessionais e 1.303 instituições de caráter abertamente mercantil. Embora os dois segmentos (sem fins lucrativos e com fins lucrativos) tenham número semelhante de docentes, o número de estudantes do setor abertamente mercantil é de 4.241.031, praticamente o dobro no setor sem fins lucrativos, 2.132.243. Em relação às públicas, o número de matrículas do setor privado supera em três vezes as matrículas no setor público.

O crescimento do ensino superior privado pode ser explicado pelas medidas de desregulamentação e liberalização do ensino superior e das políticas denominadas pelos governos anteriores como de inclusão e democratização do acesso ao ensino superior, o PROUNI e o FIES - o financiamento de vagas no ensino superior privado por meio de dinheiro público e endividamento. A opção por alargar as possibilidades do setor privado fica ainda mais evidenciada com os cortes no financiamento das instituições públicas de ensino superior.

A precarização do trabalho docente e a qualidade do ensino podem ser verificadas. Enquanto na universidade pública para 2.082.431 estudantes matriculados há 181.711 docentes, o que já é um número insuficiente, no setor privado a situação se agrava fortemente: para 6.373.274 estudantes há apenas 214.224 docentes³⁰.

Considerando as altas taxas de desigualdades socioeconômicas em um país de capitalismo dependente como o nosso, a EaD não significa dar conta de uma formação “mais ajustável” às demandas do público alvo. As taxas de evasão são altas e longe de significar um processo de interiorização da formação universitária: 43% desses cursos estão concentrados na região Sudeste e outros 23% na região Sul, ou seja, são estudantes que vão para essa modalidade por falta de vagas no ensino presencial. Enquanto isso, essa modalidade aparece na região Norte com apenas 5%, na região Centro-Oeste com 11% e na região Nordeste com 18%.

O ensino a distância na formação e a expropriação do saber docente

Aprofundando a compreensão da materialidade da modalidade EaD, e tendo como eixo central a formação docente, o número de matrículas em licenciaturas nas IES públicas foi de 39,3%, enquanto no setor privado foi de 61,7%, crescimento justificado nos programas governamentais FIES e PROUNI. Estes dados apontam a existência de um grande número de recém-docentes formados nesta modalidade e que tendem a naturalizar a modalidade na educação pública, contribuindo com a tendência de precarização da profissão³¹.

A empreitada ganha mais ênfase quando consideramos a entrada das grandes empresas educacionais de capitais no ensino superior. No curso de Pedagogia, 48,4% das matrículas estão na modalidade EaD no setor privado. O aumento da presença desta modalidade em 993% nas licenciaturas, de 2005 a 2015, indica uma tendência avassaladora do direcionamento da formação docente na modalidade EaD. Esta mobilidade garante a ampliação das possibilidades de lucros para além do evidenciado crescimento de matrículas, por meio de pacotes, apostilas e produtos, o barateamento do uso de estruturas físicas e a responsabilização do estudante pelo acesso virtual.

Alunos de educação a distância de 11 instituições ligadas à rede educacional *Laureate* passaram a ter as suas atividades avaliadas por um software de inteligência artificial³². Professores chegaram a ter de atender 40 mil alunos em um semestre. Mesmo assim, durante a pandemia, o mesmo grupo demitiu cerca de 90 professores de EaD superior.

É forçoso admitir que os processos pelos quais se agudiza a precarização do trabalho docente remontam a um longo histórico que não se inicia com a pandemia ou mesmo com o início do atual governo. No entanto, a pandemia desnuda o avanço do capital sobre a educação pública a partir de uma articulação muito poderosa, dentre os quais a expropriação do saber docente cumpre papel central. A EaD compromete a autonomia pedagógica e a liberdade de pensamento, afetando, até mesmo, a elaboração do material de apoio e a definição dos temas a serem oferecidos. Esse avanço do capital busca expropriar do docente seu inerente papel de professor-pesquisador transformando-o em entregador de conhecimentos previamente determinados e sistematizados.

Esse processo de intensa reprodução ampliada do capital no âmbito do mercado educacional superior opera tendo como base a profunda precarização do trabalho docente. Apelidado pela alcunha de “tutor ou mediador”, com remuneração bastante abaixo de um professor universitário, que já se encontra desvalorizada, passa a se responsabilizar pelo auxílio de um número muito maior de estudantes, cujo processo ensino-aprendizagem não poderá contar com o auxílio de bibliotecas físicas, participação em eventos acadêmicos de divulgação científica *in loco*, laboratórios e, fundamental, terão acesso a um tipo de pensamento devidamente tutelado, onde o pensamento crítico só alcança aquilo que não coloca em xeque o *status quo*.

Em confronto com o processo de precarização do trabalho docente, no intuito de consolidar o lugar político estratégico da universidade pública na formação inicial e continuada de professores que atuam na educação básica, no ano de 2018, a UFRJ³³ criou o Complexo de Formação de Professores - CFP³⁴. A iniciativa busca de forma orgânica a articulação entre diferentes instituições federais de ensino, algumas secretarias municipais de educação e a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, por meio da construção de uma rede de escolas parceiras, abarcando todos os níveis e modalidades da educação básica³⁵. Para tanto, a realização de atividades conjuntas sobre o cotidiano

escolar, agregando as licenciaturas, a pós-graduação e outros âmbitos da UFRJ busca garantir uma conexão coletiva, compreendendo a docência como uma profissão que mobiliza saberes específicos.

A valorização da profissão docente corrobora para a formação de uma parceria em um campo que historicamente é atravessado por políticas que dissociam teoria e prática. A ideia é justamente compor saberes e práticas de forma conjunta com as redes de educação básica, rompendo com a velha lógica que sobrepõe os espaços de formação de professores nas universidades ao “chão da escola”. A ideia de uma práxis pedagógica segue no sentido de compreensão da educação básica como lócus de formação e produção de conhecimentos.

A articulação do CFP é norteada por três fundamentos: *horizontalidade* de responsabilidades e saberes, pluralidade de ações, de sujeitos e de espaços e integração de ações de formação. Inicialmente, foi produzida uma cartografia das atividades realizadas pela UFRJ e, posteriormente, foi construído um site com as ações permanentes do Complexo³⁶. No âmbito operacional, várias atividades ocorrem simultaneamente entre diferentes espaços da universidade e das escolas associadas. Apesar do distanciamento social imposto pela pandemia da covid-19, o CFP segue com atividades virtuais complementares, objetivando a articulação das iniciativas formadoras, mantendo a sua vitalidade como instância permanente de formação. Essa é a forma de materializar o trabalho docente dentro de uma perspectiva cuja educação pública, gratuita e laica evidencia um projeto de qualidade socialmente referenciada para o conjunto da sociedade.

O projeto de um governo com traços neofascistas para a universidade pública

O processo de expropriação do saber e de precarização da docência, que já ocorre de forma acelerada nas instituições de ensino superior privadas, é um projeto deste governo para as públicas, colidindo frontalmente com a formação baseada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, comprometendo a capacidade de pesquisa do país.

Este projeto ultraneoliberal pretende submeter o pensamento científico nacional ao estrito interesse heteronômico de nossas classes dominantes de reiterar a posição subalterna do país na divisão internacional do trabalho, bem como ao caráter autocrático de nossas elites, que historicamente tratou de desarticular, por meio da coerção, seus antagonistas e movimentos sociais, o que não se iniciou por ocasião da pandemia.

A Emenda Constitucional 95, conhecida como “Emenda do fim do mundo”, aprovada na gestão de Michel Temer, compromete a vinculação constitucional de recursos para a saúde e para a educação em todos os níveis. Significa para o ensino superior a precarização do trabalho universitário, inviabilização de manutenções necessárias às estruturas físicas, de aquisições de equipamentos, potencializando a precarização de pessoal terceirizado, pondo sob risco o patrimônio público e submetendo as IES a interesses particularistas de mercado. As atuais restrições orçamentárias impedem a adequação necessária para ajustar as estruturas da universidade às exigências básicas de segurança sanitária no momento de um possível retorno às atividades presenciais no pós-pandemia.

Além de seguir e aprofundar os cortes na educação, de desferir continuamente ataques morais à comunidade universitária, de ignorar a pandemia e tentar sem êxito não adiar o ENEM, o atual governo enviou ao Congresso Nacional, durante a crise sanitária, o projeto Future-se, que significa uma mudança

estrutural nas universidades públicas, desresponsabilizando o orçamento da União pelo custeio da universidade pública.

O Banco Mundial retoma as políticas privatizantes para ensino superior, indicando que os países precisarão desenvolver um plano de mobilização de recursos pautados em mecanismos de financiamento baseados em desempenho. A avaliação de desempenho poderia resultar em demissão, congelamentos salariais, encurtamento de programas acadêmicos e redução de investimentos em serviços de pesquisa e assistência estudantil, privilegiando recursos para o aprendizado on-line. Na avaliação do Banco Mundial, embora isso apresente alguns desafios para o setor em curto e médio prazos, essas ações podem beneficiar o sistema no longo prazo. O organismo internacional ainda indica que o retorno pós-pandemia deve considerar a possibilidade de que a formação seja feita em um modelo misto de ensino presencial e a distância³⁷.

É possível e necessário resistir

Nosso intuito ao produzir este texto é contribuir para subsidiar as instituições universitárias por meio de seus conselhos superiores, os movimentos sociais e sindicais, as associações acadêmicas, os coletivos estudantis, e toda a luta em defesa da universidade pública no contexto da pandemia.

O texto pretende fomentar o debate acerca de como ocorrerá um possível retorno às atividades acadêmicas, debate que está se tornando cada vez mais angustiante e difícil em virtude da indeterminação do tempo da pandemia no país. Reafirma a premissa de que as universidades públicas deverão perseverar o fundamento de que suas funções públicas não se coadunam com os interesses mercantis. Os fortes nexos aqui apontados entre o capital financeiro atuante na educação privada, em especial na modalidade EaD, a financeirização das políticas públicas, a contínua precarização do trabalho com o aumento da taxa de exploração de mais-valia, tornam o presente documento um texto com forte caráter de denúncia, mas também de resistência.

Não é possível ignorar que a retomada dos cursos, nas condições atuais, é inaceitável por promover inevitável *apartheid* educacional dos estudantes das frações mais exploradas da classe trabalhadora, aprofundando o darwinismo social. O ensino remoto emergencial não está circunscrito ao problema do acesso tecnológico, embora, evidentemente, este seja uma variável importante, mas deve ser examinada no contexto das condições de vida dos estudantes e dos trabalhadores da educação.

Neste caso, atividades de interação cultural, científica, artística e de formação geral podem ser desenvolvidas a fim de restabelecer e fortalecer os vínculos entre professores e estudantes na construção e difusão do conhecimento. Portanto, **é fundamental que seja garantido a todos os estudantes o acesso à internet e a equipamentos de qualidade**, como um direito fundamental na atual configuração social.

Ganham peso as atividades extensionistas, que em muitas universidades correspondem a 10% da carga horária total do curso, conforme decisão do Conselho Nacional de Educação de 2018. Estimular e oferecer as condições materiais para que os estudantes participem de atividades extensionistas que busquem conhecer e interagir com as demandas da população em tempos de pandemia é uma boa iniciativa de formação, desde que resguardadas as garantias para que todos os estudantes possam participar. Outra importante iniciativa implementada pela UNIFESP³⁸ e UFAM³⁹ é a criação de unidades curriculares específicas durante o período de pandemia e a suspensão dos calendários acadêmicos, possibilitando que a participação em cursos,

seminários, eventos e outras ações de ensino, pesquisa e extensão possam ser contabilizadas como atividades extracurriculares. Ainda como medida de buscar reaproximar os estudantes, a UFBA realizou o Congresso Universidade em Movimento que contou com 38 mil participantes.

Neste momento é preciso ter um especial cuidado com novos ingressantes e com os que estão próximos de se formar. Os primeiros precisam ser acolhidos para evitar a sensação de abandono e incerteza que é comum neste momento tão difícil. Os formandos, por sua vez, vivenciam a angústia e a incerteza sobre o futuro do mercado de trabalho e, por isso, devem ser pensados como um segmento que requer ações específicas, elaboradas em diálogo com os movimentos estudantis e, principalmente, com os DCE.

Estamos diante de valor fundamental: não podemos ser coniventes com a segregação de grande parte dos estudantes matriculados nas universidades públicas e nos institutos de educação tecnológica. O retorno presencial precisa ser construído com investimentos e concursos, objetivando assegurar as condições básicas de vida para os estudantes e trabalhadores. A interação virtual, igualmente, deve ser construída por meio de políticas que assegurem renda mínima, atendimento psicossocial, acesso à internet e suporte tecnológico de qualidade, sempre em ambientes virtuais públicos⁴⁰.

Neste sentido, as lutas democráticas em defesa da universidade têm como valores e perspectivas:

1. Sob o ponto de vista sanitário, estabelecer que a reabertura das instituições, quando estudos científicos indicarem ser viável, deverá ser escalonada a partir de massivo e bem elaborado plano de testagem, objetivando a busca ativa de familiares dos estudantes que testarem positivo. Tais exames e estudos não poderão deixar de considerar aspectos territoriais, visto a expansão desigual da pandemia no país. Sem isso, o pré-requisito para a volta não será assegurado. Mas nada é indicado sobre isso.
2. Garantir acesso livre à internet - gratuito, com qualidade - e universal e artefatos tecnológicos afins. Existem recursos do FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações) para tal fim não utilizados.
 - a. Redução do número de estudantes por turma, não ultrapassando 15 estudantes (em sala de 50 m²).
 - b. Novas salas de aula serão necessárias emergencialmente, outras tantas deverão passar por reformas.
 - c. Possível rodízio de dias para a ocupação das salas de aula.
3. Planejar, desde hoje, a realização de concursos e numerosos novos contratos de docentes e técnicos administrativos para atender a necessária redução do número de estudantes por turma e oferecer atividades de reforço da aprendizagem.
4. Elaborar protocolo sanitário sobre as condições de funcionamento das universidades em termos de ventilação, funcionamento da rede sanitária de águas e esgoto, refeitórios que assegurem distanciamento e segurança sanitária. Todas essas reformulações exigirão planejamento e implementação de melhorias emergenciais nas universidades, visto que atualmente muitas delas não possuem condições sanitárias adequadas.

5. Definir que os profissionais possam ter acesso a protocolos de segurança do trabalho.
6. Elaborar protocolos - em conjunto com os sistemas de ensino dos estados, municípios, DF e escolas federais, e articulados com os comitês científicos da covid-19 - que estabeleçam normas que contemplem protocolos de desinfecção, necessidade de novos pontos para higienização das mãos, atividades não recomendadas, recomendações para arrumação das salas e disposição espacial das mesas para evitar o contato face-a-face etc.
7. Constituir comissão técnica, em conjunto com a Comissão de Orçamento da Câmara e do Senado, corpo técnico do INEP do MEC, entidades científicas e sindicais da área para levantar o custo geral da adaptação das escolas ao novo quadro advindo da pandemia.

Consultas Realizadas

ANDIFES; FONAPRACE. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Brasília, 2019.

IAROVICI, Doris. Perspectives on College Student Suicide. *Psychiatric Times*, v.32, n.7, 2015.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2017 [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

CONEP. Relatórios da Coordenação Nacional de Ética em Pesquisa. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/publicacoes-conep?view=default>

CAPEL. Sistemas de Georreferenciamento da Capes. Disponível em <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>

CONJUVE. Conselho Nacional de Juventude. Pesquisa Juventudes e a Pandemia. Disponível em https://4fa1d1bc-0675-4684-8ee9-031db9be0aab.filesusr.com/ugd/fod618_41b201dbab994b44b00aabca41f971bb.pdf

LEHER, R. Universidades públicas, aulas remotas e os desafios da ameaça neofascista no Brasil. Notas para ações táticas emergenciais, Carta Maior, 2/6/20, <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/Universidades-publicas-aulas-remotas-e-os-desafios-da-ameaca-neofascista-no-Brasil/54/47699>

WORLD BANK. The COVID-19 Crisis Response: Supporting tertiary education for continuity, adaptation, and innovation. Washington DC, 2020. Disponível em <http://pubdocs.worldbank.org/en/808621586532673333/WB-Tertiary-Ed-and-Covid-19-Crisis-for-public-use-April-9-FINAL.pdf> . Acesso 06 de maio de 2020.

WORLD BANK. COVID-19 Coronavirus response. Latin America and the Caribbean Tertiary Education. Washington DC, 2020. Disponível em <http://pubdocs.worldbank.org/en/720271590700883381/LAC-TE-and-COVID-19-FINAL-27May20.pdf>. Acesso 01 de junho de 2020.

Notas

- ¹ J. GIOLO, R. LEHER E V. SGUISSARDI. Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado, maio de 2020, <https://www.diagramaeditorial.com.br/project/future-se/>
- ² UFC, UFRN, UFSB, UFJVM, UFTM, UFGD, UFFS, Cefet-RJ, foram as instituições federais que não tiveram a escolha realizada pela comunidade acadêmica respeitada.
- ³ Medida Provisória n.914 <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/140379>
- ⁴ <http://www.in.gov.br/web/dou/-/medida-provisoria-n-979-de-9-de-junho-de-2020-261041611>
- ⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm
- ⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm
- ⁷ American Association for the Advancement of Science
- ⁸ National Science Foundation.
- ⁹ A CONEP ligada ao Conselho Nacional de Saúde tem o papel de avaliar eticamente os protocolos de pesquisa que envolvem humanos garantindo a segurança do participante de pesquisa. A aprovação por esta comissão é condição prévia para publicação em revistas científicas qualificadas.
- ¹⁰ Com relação as atividade extensionistas relacionadas ao novo coronavírus existe um ensaio de mapa de ações disponíveis em: <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/> acessado em 29 de maio de 2020.
- ¹¹ <https://covid.saude.gov.br/>
- ¹² Ranking Universitário da Folha 2018. Disponível em <http://ruf.folha.uol.com.br/2018/perfil/universidade-federal-do-amazonas-ufam-4.shtml> Acesso em 04 de maio de 2020.
- ¹³ IAROVICI, Doris. Perspectives on College Student Suicide. *Psychiatric Times*, v.32, n.7, 2015.
- ¹⁴ ANDIFES; FONAPRACE, 2019.
- ¹⁵ Disponível em: <http://www.anpg.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Resumo-question%C3%A1rio-2.0.pdf> acessado em: 23/05/2020 às 16:11h.
- ¹⁶ Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/05/31/exclusivo-numero-de-feminicidios-cresce-durante-pandemia-do-coronavirus-no-brasil.ghtml> . Acesso em 01 de junho de 2020.
- ¹⁷ Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. Colemarx, 2000. Disponível em: <http://www.colemarx.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Colemarx-texto-cr%C3%ADtico-EaD-2.pdf>
- ¹⁸ Tokarnia, M. Um em cada quatro brasileiros não têm acesso a internet, mostra pesquisa. Agência Brasil, 29/04/20, <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet>
- ¹⁹ Disponível em: <http://intervezes.org.br/educacao-a-distancia-ead-nao-resolve-os-desafios-do-momento-e-pode-aprofundar-desigualdades/> acessado em: 23/05/2020.
- ²⁰ Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/808621586532673333/WB-Tertiary-Ed-and-Covid-19-Crisis-for-public-use-April-9-FINAL.pdf> acessado em: 23/05/2020 as 16:33h.
- ²¹ A pesquisa foi realizada em maio de 2020 pelo Conselho Nacional de Juventude com o apoio de UNESCO e da Fundação Roberto Marinho entre outras e entrevistou 40% de jovens da Região Sudeste, 28% do Nordeste, 14% do Sul, 10% do Norte e 8% do Centro Oeste. A maior parte, 47% era de jovens de 18 a 24 anos e 52% de negros e 46% de brancos. Relatório completo disponível em https://4fa1d1bc-0675-4684-8ee9-031db9beoab.filesusr.com/ugd/fod618_41b201dbab994b44b00aabca41f971bb.pdf

²²<https://theintercept.com/2020/06/15/app-empresa-tv-bolsonaro-aulas-online-pandemia/>

²³ The New School Student Strike. Estudantes se recusam a aderir aulas remotas. Cobram redução do valor das matrículas:
<https://www.instagram.com/tnstuitionrefund/>,

<http://www.newschoolfreepress.com/2020/04/06/new-school-students-to-strike-for-tuition-refunds-pay-for-caf-workers/>

²⁴ <https://nobodyfailsvc.com/>

²⁵ Estudantes em greve por redução valor das mensalidades.
<https://www.facebook.com/uchicagofairtuition/>

²⁶ <https://www.vox.com/the-goods/2020/4/29/21239846/students-tuition-refund-lawsuits-striking-universities>

²⁷ <https://www.facebook.com/ConcernedEducators2020/>

²⁸ <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/01/06/documentos-mostram-que-guedes-foi-fiador-de-empresa-de-prateleira.ghtml>

²⁹ Censo da Educação Superior (2018)

³⁰ Censo da Educação Superior (2018)

³¹ EVANGELISTA et al, 2019

³² Ver em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/faculdades-da-laureate-substituem-professores-por-robo-sem-que-alunos-saibam.shtml>

³³ A UFRJ possuía 32 licenciaturas, por onde passam, todos os anos, cerca de 20% dos estudantes de graduação.

³⁴ O CFP foi instituído como espaço na estrutura média da Universidade, conforme as Resoluções 19 e 20/2018.

³⁵ Inicialmente, participam das ações: centros e unidades da UFRJ, com escolas das redes municipal, estadual e federal, com outras Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). São 31 escolas da Secretaria Municipal de Educação/RJ atuando no CFP, participam, também, as escolas da SME de Macaé e as escolas da SEEDUC/RJ. Pela rede federal participam: Colégio Pedro II; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - EPSJV; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET; Instituto Federal do Rio de Janeiro - IFRJ; Instituto Federal Fluminense - IFF; Instituto Benjamin Constant - IBC; e Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES.

³⁶ Site do complexo: <https://formacaodeprofessores.ufrj.br/>

³⁷ WORLD BANK. COVID-19 Coronavirus response. Latin America and the Caribbean. Tertiary Education

³⁸ <https://www.unifesp.br/boletins-antiores/item/4419-sintese-das-aco-es-da-prograd-durante-o-periodo-de-suspensao-das-atividades-presenciais-devido-a-covid-19?highlight=WyJhdG12aWRhZGVzliwiZXhocmFjdXJyaWN1bGFyZXMiLCJhdG12aWRhZGVzIGV4dHJhY3VycmljdWxhcmVzIlo=>

³⁹ Proeg regulamenta Atividades Extracurriculares Especiais durante a pandemia

